

A ficção e a narrativa como desafios ao uso da literatura como fonte histórica: contribuições da teoria da história para o debate

Valeska Oliveira Ferreira, UFTM¹

Resumo

Há um longo debate historiográfico sobre a aproximação da história e da literatura, o quanto de história há na literatura e quanto de literatura há na história. Discutir como a literatura poderia ser utilizada como fonte histórica acaba por levantar questões mais profundas que colocam em questão a própria natureza da historiografia, se esta teria uma natureza artística e fictícia, ou se seria científica e objetiva. Neste artigo, pretendemos mostrar algumas das contribuições da teoria da história para este debate.

Palavras-chave: História, Literatura, Narrativa.

Abstract

There is a long historiographical debate on the approximation of history and literature such as “how much history there is in literature?” and “how much literature there is in history?” Discuss literature as a historical source leads to another questioning such as the very nature of historiography, if whether it would have an artistic and fictional nature, or it would be scientific and objective. In this article we intend to show some of the contributions of the theory of history to this debate.

Keywords: History, Literature, Narrative.

A literatura pode ser uma fonte extremamente rica para uma produção historiográfica, mas a utilização da literatura como fonte histórica ainda é bastante desafiadora ao historiador, pois nos coloca em frente a um objeto “ficcional, inventivo”, em contraposição à uma produção histórica científica que seria “verdadeira e objetiva”. Tal oposição aparentemente bem delimitada termina por levantar reflexões muito relevantes ao historiador, pois colocam questões sobre a própria produção de conhecimento histórico. Há um longo debate historiográfico sobre a aproximação entre a história e a ficção, o quanto de ficção há na escrita da história, se a historiografia é uma produção artística e, conseqüentemente, em que medida se configuraria como de fato um conhecimento científico.

Neste texto, pretendemos analisar alguns autores que escrevem sobre este tema, sendo dois deles, Hayden White e Paul Veyne, mais alinhados à ideia de história como arte ou ficção, e três autores, Michel de Certeau, Jörn Rüsen e Roger Chartier, mais próximos de uma visão de história que comporta elementos artísticos sem perder um caráter de cientificidade. Veremos que a questão da narrativa sempre esteve presente nestas discussões, pois tal forma de escrita era tradicionalmente associada unicamente ao texto ficcional.

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: valeska_30oliveira@hotmail.com.

Antes de analisar esses textos, iremos demonstrar, ainda que de forma limitada, um panorama deste debate no final do século XIX, demonstrando que tais questões remontam desde esta época. Podemos conhecer um pouco mais profundamente sobre a escrita da História neste período e as mudanças que estão ocorrendo nela a partir do livro “Introdução aos estudos históricos”, de 1897, dos franceses Charles Langlois e Charles Seignobos. Inspirados em Ranke, e epistemologicamente baseados na teoria do historicismo, eles escrevem em um momento que a História, enquanto disciplina, apenas começava a se estruturar como um campo do conhecimento, no contexto em que ocorria a institucionalização da disciplina história nas Universidades. Até aquele momento a História não era considerada uma disciplina científica, mas um gênero literário. Ela tinha a função de orientar para o futuro, pois o passado era considerado o “mestre da vida”. E também estava no cerne de interesses para o fortalecimento de nacionalidades, levando em consideração seu poder de construção de identidade nacional.

A superação da História como *magistra vitae*, como era vista até então, impõe novos desafios à escrita do historiador. Se a História não é mais gênero literário, deve ser considerada então como campo de conhecimento:

Há cinquenta anos, mais ou menos, é que se desembaraçaram e constituíram as formas científicas de exposição histórica, em harmonia com a concepção geral de que a finalidade da história não é agradar nem estabelecer normas práticas de conduta nem comover, mas simplesmente saber. (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1897, p. 212).

No século XIX há uma grande ascensão do cientificismo e muitas críticas são feitas ao discurso puramente retórico da história. A forma de escrita da narrativa era associada à literatura, ao memorialismo, a um jeito de escrever história que não tinha método, mas que tinha muita imaginação e ficção envolvidas, e por isso pretende-se distanciar desse modo de escrita. O discurso científico deveria ser neutro e objetivo, visto que a retórica era vista como um elemento artístico da escrita, em contraposição a um teor científico. Langlois e Seignobos defendem, então, o estatuto da História como ciência e a criação de um método próprio de operação da ciência histórica.

Mas os autores concordam que a História não é uma ciência como as outras, pois uma ciência constrói afirmações indiscutíveis, e a história não pode fazer isso; pode apenas chegar perto da realidade, mas não lida diretamente com ela. Nesse sentido, entendem a história como uma operação intelectual, um processo abstrato no qual estão contidas as condições em que ele é feito, como os documentos que se têm à mão, o acaso, a subjetividade do

pesquisador, etc. Então, o historiador apreende a realidade vivida através da comparação com a sua própria e também, não consegue eliminar um certo elemento fantasioso presente em sua apreensão histórica (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1897).

Para os autores, o historiador formula hipóteses, cria perguntas. Ou seja, sua escrita não é um apenas um amontoado de fatos. Cientificamente, os fatos precisam ser expostos de forma metódica e objetiva, e o historiador que deseja trabalhar objetivamente precisa evitar a vulgarização e argumentos vazios, fontes não confiáveis, etc. A objetividade científica está em chegar o mais próximo possível de uma verdade. Nesse sentido, a historiografia não é obra de arte e não deve se deixar levar apenas pelo desejo de “florear” o texto, dar um efeito literário a ele, na intenção de prender a atenção de seu público. Para estes autores, esta é uma falha que afasta a História do método científico. Por outro lado, isso não significa que eles não se importam com a forma da escrita do historiador, que deve ser clara e se fazer entender ao leitor. A objetividade da história reside então, em Langlois e Seignobos, não apenas na teoria e no método histórico, mas também em sua exposição escrita (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1897).

No começo do século XX, há uma crítica à escrita narrativa pela Escola dos *Annales*, e o incentivo à uma História que cria hipóteses e problematiza os fatos, em detrimento de apenas uma “narração superficial” de fatos feita pelos historiadores. A narrativa servia então, dentro da concepção dos *Annales*, para organizar cronologicamente acontecimentos políticos e “legitimar os atos de personalidades políticas” (OLIVEIRA, 2015, p. 259). Como demonstramos, a crítica à narrativa já se apresentava em um período anterior, não sendo feita apenas pelos historiadores da revista dos *Annales*. Mas não se pretende aqui discutir o quanto a Escola francesa trouxe de questões realmente novas no debate historiográfico, debate que foge aos limites deste artigo. Pretende-se apenas demonstrar que, com a consolidação da Escola dos *Annales* e a crescente credibilidade dada a seus membros, a escrita narrativa continuou por um bom tempo ainda associada à uma escrita factual e literária e rejeitada pela maioria dos historiadores da Escola, e por outros tantos historiadores influenciados por seus paradigmas.

Este debate vai criar novos contornos na segunda metade do século XX. A partir da década de 1970, há mudanças significativas naquilo que consideramos a produção científica de conhecimento histórico. A chamada “pós-modernidade” emerge no final da década de 60 com vários acontecimentos que marcaram uma mudança do mundo ocidental (como o pós-guerra, o movimento estudantil de ‘maio de 1968’ na França e em outros países, o surgimento

da *new left*, a ascensão do feminismo, entre outros marcos sociais). Supõe-se que tudo isso contribuiu para a chamada “crise de paradigmas” nas ciências sociais em que há uma derrocada de teorias que explicavam a realidade, com uma ruptura nos modelos epistemológicos que vinham sendo utilizados pela historiografia até então. Esse contexto teria aumentado o descrédito e a não viabilidade dos principais modelos teóricos herdados do século XIX, visto que há uma crítica a esses modelos explicativos totalizantes. A sociedade do período se mostrava muito complexa para caber nestes modelos, que já não davam conta de explicar a realidade que agora incluía novos grupos, novas questões, novas formas de fazer política e de ações da economia (BURKE, 2008).

Essa configuração resulta em um distanciamento ainda maior por parte dos historiadores às questões teóricas e metodológicas de seu ofício profissional, com teorias que denunciam essa “crise”, como a de Hayden White, que aproxima a história da ficção e as críticas de Foucault ao discurso do historiador. Assim, há uma intensa crítica ao estruturalismo e à história quantitativa, que dizem respeito a uma reflexão sobre o retorno do lugar do sujeito no mundo e também ao sentido narrativo da história. Há também, a partir de meados da década de 1960, uma abertura para a interdisciplinaridade no conhecimento histórico e uma aproximação cada vez maior com a antropologia. Depois essas movimentações desencadearão no que ficou conhecido como “Nova história”, ou história cultural, que abarcam propostas como a micro-história, de Ginzburg, ou as ideias de Paul Ricoeur, por exemplo, que são tentativas de criar novos métodos e abordagens específicos da história enquanto campo de produção de conhecimento. Elas procuram pensar o homem em sua singularidade, em relação com a coletividade (BURKE, 2008).

Não por acaso surge também, dentro das ciências sociais, o movimento do *Linguistic Turn*, com uma abordagem da realidade mais voltada para a linguagem. Um dos intelectuais representantes desse movimento é Hayden White, que contribui enormemente para o debate sobre a definição da escrita da história e de seu estatuto na Universidade. Um de seus textos mais conhecidos, “O texto histórico como artefato literário”, de 1978, rompe com algumas concepções consolidadas sobre o caráter da escrita histórica e impulsiona inúmeras discussões sobre a aproximação entre a história e a literatura.

Uma de suas maiores contribuições para a construção do conhecimento histórico reside justamente na relevância que o autor dá à escrita da história. Pois para ele a história não é apenas o trabalho com fontes, mas principalmente a forma como elas serão apresentadas em um texto. White pensa na estética do texto histórico e a relevância que essa estética possui,

pois, para ele, a força do texto está em seu elemento explicativo, na sua capacidade de convencimento (WHITE, 1994).

Para White os discursos do historiador e do ficcionista são muito próximos. O discurso produzido pelo historiador não é o passado em si, a “realidade” vivida. Ele não é uma vivência, portanto, é ficção. Isso porque, ao produzir um texto, o historiador faz uma narrativa a partir de sua interpretação pessoal de uma determinada experiência passada. Essa experiência, que na verdade é a interpretação que o historiador faz de suas fontes e a escolha que este faz ao selecionar os fatos e colocá-los em uma ordem cronológica, nada mais é do que a construção de um conhecimento ficcional por parte desse pesquisador. Pois temos que levar em consideração que a fonte histórica também é discurso, produção humana. Essas intencionalidades de produção presentes tanto nas fontes que o historiador vai lidar quanto na sua própria escrita, que sempre é interessada e pessoal, acentuam o caráter subjetivo da produção do conhecimento histórico, em detrimento a uma apreensão objetiva (WHITE, 1994).

Para White, os acontecimentos têm valor neutro. Um fato não existe por si, nele não há sentido intrínseco. Tanto a literatura quanto a história expressam visões de mundo, são um discurso de invenção. Quem vai dar o tom de certos fatos como sendo “trágicos”, “emocionantes” ou qualquer outra característica é o historiador. Ele escolhe os fatos, dá preferência a uns em detrimento de outros, conta de certa forma alguns e outros, etc. Essas análises advém de um lugar que ocupamos enquanto sujeitos e também daquilo que se quer convencer com o seu texto. Por isso o texto é um processo criativo. É a narrativa que cria, de forma metafórica, as conexões que os acontecimentos têm entre si. Pois o que interessa para o historiador, segundo Hayden White, é que a história conte uma narrativa embasada no real. No discurso histórico não há distinção entre o real e a ficção, a construção discursiva é sempre figurativa. A história não é científica, mas ela precisa convencer o seu leitor de que aquilo o que diz é digno de ser acreditado. E esse convencimento advém de um processo artístico, de criação. Por isso, para ele, a história é um artefato literário (WHITE, 1994).

Paul Veyne contribui para o debate do estatuto da história e qual a sua forma de escrita específica. Dois textos em específico, “A noção de intriga” e “Em que é a história obra de arte”, nos ajudam a pensar a questão sobre a aproximação entre a produção do conhecimento histórico e a arte. Eles estão presentes no livro “Como se escreve a História”, que é escrito no começo da década de 1970 e reflete sobre a questão da escrita da história e da narrativa. Paul Veyne impressiona ao tirar a historiografia do seu estatuto científico. Para ele a própria

história se configura enquanto intriga, e é muito mais subjetiva do que objetiva (VEYNE, 1987).

Veyne sustenta o seu argumento afirmando que os chamados fatos históricos são recortados à escolha do historiador, eles não existem por si em suas conexões. Quem faz as conexões é o historiador. É ele quem apreende aquilo o que aconteceu conectando pontos, tempos, e, simultaneamente, descartando aquilo que considera de menor importância. Os fatos não existem de forma isolada. A história é orgânica, conectada, e por isso sua própria escrita se faz através de conexões, pois para Paul Veyne nada existe que não esteja dentro de uma trama. Dessa forma, seria impossível, para ele, fazer uma história isolando os acontecimentos, pois a própria compreensão histórica se dá no campo do cruzamento de diversas tramas. Essa trama, que ele chama de intriga, não é determinista: ela é humana, múltipla. Não tem a intenção de narrar absolutamente tudo. Apenas aquilo que se considera relevante para o curso da história vivida e que a movimenta, portanto, as que o historiador escolhe para compor a sua trama. Por isso, para ele os fatos não existem por si – eles são neutros. Quem dá o tom do acontecido é o historiador (VEYNE, 1987).

Para Veyne, o que torna um texto de história interessante é justamente seu caráter literário; é explicar o passado de forma parecida com a forma à qual vemos a realidade presente, sem muitos elementos ocultos. Quanto mais a história explica, mais qualidade o texto tem. Quando a história faz isso, explica a realidade de uma forma mais clara e palpável, se aproxima da literatura e, portanto, da obra de arte. Nesse sentido, a escrita da história, mesmo que tenha uma intenção de objetividade em sua prática, é artística, pois exige mais do que apenas o manejo de técnicas pelo historiador, mas também um talento em sua produção, que é o que vai, de fato, valorizar um texto como tal. É na originalidade da intriga feita pelo historiador que reside seu talento, ou seja, na coerência com que narra a história. Ela exige do historiador boa parte de um elemento inventivo, que irá se adaptar ao campo dos acontecimentos e fará as conexões necessárias que tornará essa trama compreensível. Assim, para Paul Veyne a história não é ciência, e também não é completamente obra de arte, mas se assemelha a ela (VEYNE, 1987).

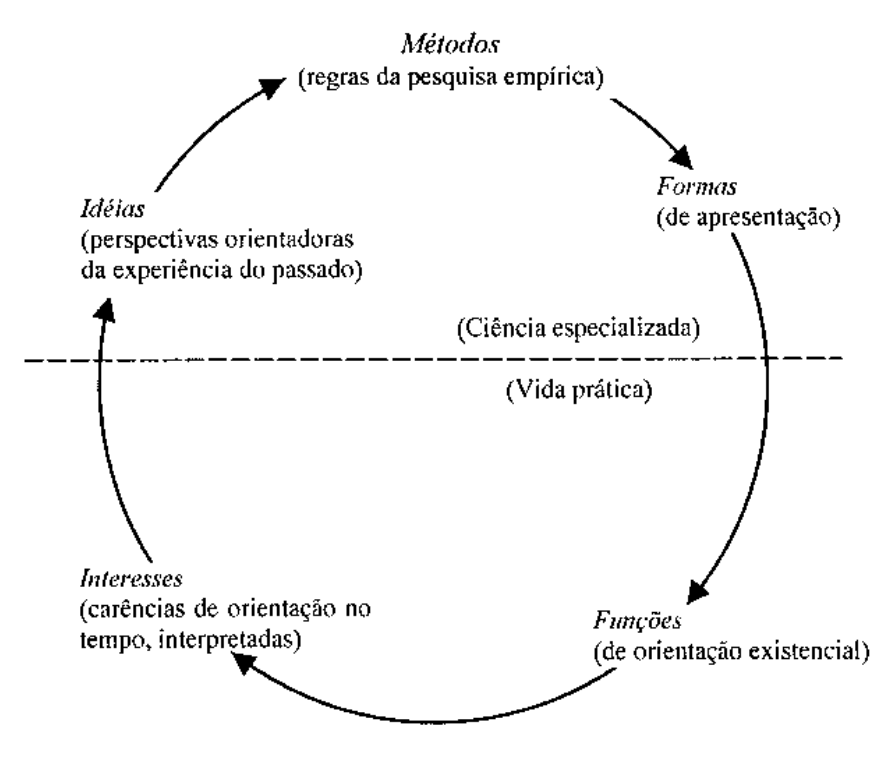
Essas concepções de uma realidade histórica que só possa existir por meio da linguagem também podem ser analisadas sob outras perspectivas. Que a história em si não pode ser recuperada, todos os historiadores aqui estudados concordam. Mas o debate sobre o lugar da subjetividade da história e, portanto, qual seu estatuto e consequente estrutura escrita (se se aproxima mais de uma estrutura narrativa, a partir da ligação que esta forma de escrita

teoricamente teria com aquilo que é de caráter ficcional, ou, se se apresenta como um discurso científico e objetivo, sem elementos ficcionais) são muito enriquecidos com as contribuições de Jörn Rüsen, Michel de Certeau e Roger Chartier.

Rüsen, historiador alemão, quer entender princípios e regras do pensamento histórico, e isso, para ele, é função da teoria da história, que nunca está à parte da prática do historiador, e nem meramente a baseia, mas é um princípio inerente a ela. A teoria da história demonstra a totalidade da ciência histórica, em sua relação com a vida prática. Ele escreve nesse momento de “crise” epistemológica, e busca descobrir aquilo que seria de caráter comum, fundamental à ciência da história, cujo termo técnico é matriz disciplinar.

Ele entende que a ciência da história é apenas uma realização particular do pensamento histórico, que é amplo e está inserido nos fundamentos gerais da vida humana prática. Ele parte da vida prática, das operações intelectuais que todos os humanos fazem, para entender a realização do conhecimento científico. Considera que o pensamento histórico é intrínseco ao próprio processo de existência humana, estando presente nas atividades mais elementares do cotidiano. Isso porque todos os sujeitos possuem uma necessidade congênita de orientação temporal e a relação que estabelecemos com o tempo está diretamente ligada à uma capacidade de consciência da historicidade da existência. A experiência histórica não existe por si, não é concreta, mas se expressa no plano da consciência, passando a existir quando é refletida. Por isso, Rüsen trabalha com a ideia de “racionalidade” humana, pois a história dos humanos se difere de uma história sem eles, a sociedade é o sujeito da história. A matriz disciplinar de Rüsen seria representada da seguinte forma:

Figura 1 – Matriz disciplinar de Rüsen



Fonte: PINA, 2015, p. 287

Rüsen começa a explicar pelo ponto da vida corrente que conhecemos como consciência histórica, ou pensamento histórico, que se constitui a partir das carências de orientação do agir e do sofrer no tempo. Ele entende a consciência histórica como uma forma de expressão das operações da vida cotidiana que estabelecem uma relação com o tempo. Pois o ser humano só pode viver em sociedade, relacionar-se com a natureza e com seus pares a partir do momento que interpreta as intenções da sua ação e a sua paixão:

A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida. (RÜSEN, 2001, p. 59).

Tais condições dadas seriam aquilo que constantemente nos chega como resultado das experiências em nosso presente, dentro da movimentação natural da história. O ser humano, por se utilizar de suas intenções ao agir, interpreta o mundo e suas experiências a partir dessas intenções – ou expectativas. Sua ação procura sempre ir além daquilo que já está dado pelo momento, daquilo que se experimenta como mudanças.

Então, para Rüsen, existe uma diferença entre tempo como experiência e tempo como intencionalidade de agir: são tempos distintos, porém mesclados na realidade. Na consciência histórica realiza-se a dinâmica entre essas duas temporalidades, operada justamente em situações genéricas e elementares da vida humana prática. Essa dinâmica que relaciona as duas dimensões temporais ajuda os seres humanos a significar o mundo e a si mesmos, pois dá sentido à experiência no tempo, tendo, portanto, um caráter orientador. Assim, o eixo tempo-cotidiano-história está intimamente interligado e funciona de forma conjunta.

A partir dessa carência de orientação se constituirá uma ciência que procura dar conta de supri-la, dando respostas aos problemas. A ciência também é feita a partir destas carências e do desejo que se tem de se assegurar no tempo, obtendo conhecimento do passado para se orientar no presente. É o que Rüsen vai chamar de *interesses*: “Interesses são determinadas carências cuja satisfação pressupõe, da parte dos que a querem satisfazer, que esses já as interpretem no sentido das respostas a serem obtidas.” (RÜSEN, 2001, p. 30).

Porém, os interesses não são em si conhecimento histórico, pois para que possamos ir ao passado de forma que este nos ajude em nossa orientação temporal, precisamos de critérios de sentido. Eles ajudam a nossa percepção a interpretar o mundo e a nós mesmos, e através dessa significação os homens podem agir no mundo. É que o Rüsen chama de *ideias*, no sentido mais fundamental e cotidiano que esta expressão pode ter. Estas ideias direcionam os nossos interesses e constituem “[...] as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história.” (RÜSEN, 2001, p. 32).

E o passado se mostra através das fontes históricas. As fontes são fundamentais para que um conhecimento do passado possa ser interpretado e dotado de sentido. Mas o mero passado não se constitui enquanto algo histórico. Pois o historiador, ao ir ao passado através das fontes, parte de um lugar e de questões que são postas por ele, baseados em interesses e ideias. Para que estas perspectivas quanto ao passado se transformem em um conhecimento especificamente científico, esta busca deve estar atrelada à *métodos e regras de pesquisa*. Eles regulam a produção das ideias e representam o terceiro elemento da matriz disciplinar (RÜSEN, 2001).

Mas esta fundamentação metodológica ainda não basta para a constituição da ciência histórica. Temos que considerar a escrita da história, ou *as formas de apresentação* que este conhecimento vai adquirir. Para Rüsen, este fator é tão importante quanto os outros e não se constitui apenas como resultado dos anteriores, pois a escrita da história tem um papel fundamental na constituição do conhecimento que se quer construir:

Essa forma de apresentação marca o outro limite da história como ciência especializada: é com ela que o saber histórico adquire vida própria no contexto social da ciência da história; ela assume funções de orientação que não dependem mais só da história como ciência (embora as formas de apresentação exerçam, naturalmente, influência sobre que funções podem ou não caber ao saber científico elaborado cientificamente). (RÜSEN, 2001, p. 36).

Essa escrita da história, ou historiografia, procura responder a perguntas que foram originadas a partir das carências de orientação temporal. Por isso agora se “retorna” a um ponto de orientação na vida prática, ao qual o Rüsen denomina o seu último fator na matriz disciplinar de *funções* de orientação existencial, que fecha um movimento cíclico.

Estes cinco fatores são interdependentes e se movimentam de forma dinâmica, e todos dizem respeito a uma determinada etapa de orientação temporal do ser humano. Assim, nessa matriz disciplinar ficam expressas: as condições elementares nas quais o pensamento histórico científico se forma; como a ciência histórica não se constitui em separado de uma vivência prática, mas são instâncias que se relacionam o tempo todo; e, também, que essa ciência contribui para as mudanças na vida prática dos homens (RÜSEN, 2001).

Por isso, Rüsen ressalta a necessidade do historiador de mergulhar no cotidiano humano, até como uma forma de melhor entender e analisar as ações dos sujeitos históricos, e ressalta a importância da autorreflexão constante na prática historiográfica:

Pois se são carências de orientação no tempo que provocam o pensamento histórico e lhe conferem uma função relevante na vida, então a história como ciência e sua pretensão de racionalidade não podem ser explicadas e fundamentadas sem se levar em conta essa função. (RÜSEN, 2001, p. 34).

Percebemos, então, a complexidade em torno da natureza do histórico e da história enquanto disciplina científica. Por isso, para Rüsen, a ciência histórica, ou a historiografia é apenas uma realização particular do pensamento histórico, visto que este é muito mais amplo do que sua realização científica.

Mas como, no processo cognitivo de orientação temporal, se manifestam essas diversas temporalidades, pois a experiência em si não se articula de forma cronológica, linear? Nós podemos traçar uma operação cognitiva que promova uma relação de sentido entre passado-presente-futuro. Para Rüsen, essa produção se dá pela operação da *narrativa*, em que consciência histórica se forma de uma maneira coerente e unitária. Ela seria uma unidade estrutural de pensamento que constitui o sentido da experiência temporal. A consciência histórica se forma na narrativa, pois ela é o resultado intelectual que vai fundamentar todo

pensamento histórico (também o científico). Mas a consciência histórica não se forma necessariamente apenas através da narrativa. Então, quais condições a operação da narrativa deve satisfazer, para que ela constitua a consciência histórica?

Existem três especificações da narrativa enquanto fundamento do conhecimento histórico na vida prática. A primeira acontece quando a consciência histórica recorre à *lembranças*, nas quais do presente vamos ao passado, para compreender a realidade atual e poder projetar um futuro com sentido. A lembrança expressa essa relação fundamental com a experiência do tempo. Mas a consciência histórica não se constitui na narrativa apenas pelo ato em si de ir passado através de lembranças. Pois vamos ao passado sempre a partir de uma carência no presente, e as interpretações das experiências são feitas a partir de intenções de ação. Somente assim as experiências do tempo presente são vistas de forma conjunta (RÜSEN, 2001). Assim, a narrativa histórica torna integradas as três dimensões temporais, em uma interdependência de passado, presente e futuro.

A segunda especificação da narrativa enquanto constituidora da consciência histórica é a sua capacidade de representar as diversas mudanças passadas, lembradas no presente, como processos contínuos e em que a própria experiência presente pode ser interpretada e extrapolada em uma expectativa futura, organizando as temporalidades em uma *representação de continuidade*.

A terceira especificação da narrativa enquanto fundamento do conhecimento histórico na vida prática diz respeito aos critérios que determinam essas representações de continuidade. Tais critérios são produzidos com respeito à *identidade* dos sujeitos. A narrativa é utilizada como uma forma de os sujeitos não se perderem nas mudanças do mundo e de si mesmos, e a fundamentação na identidade aparece como forma de assegurar-se no tempo utilizando, entre outras coisas, a narrativa histórica. Pois a narrativa é um processo que procura alcançar uma segurança e firmeza no fluxo do tempo:

A experiência do tempo é sempre uma experiência da perda iminente da identidade do homem (também aqui a experiência mais radical é a da morte). A capacidade dos homens de agir depende da aptidão em fazer valer a si próprios, a sua subjetividade, portanto, na relação com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, como permanência na evolução do tempo, à qual precisam reagir com suas ações e que, simultaneamente, produzem por essas mesmas ações. (RÜSEN, 2001, p. 66).

Considerada desta forma, a narrativa histórica é um mecanismo de constituição da identidade humana. É por meio dela que as representações de continuidade temporal se inserem no quadro de orientação da vida prática humana. Em Rüsen, a narrativa faz parte do

próprio processo de produção de pensamento histórico, que se estende para além da sua articulação científica (RÜSEN, 2001).

Essa ideia de que a história nunca deixa de ter um elemento narrativo aparece também nos textos de Chartier e Certeau. Chartier está escrevendo após a chamada “crise epistemológica”, já na década de 1990. Para Chartier, porém, essa “crise” e as suas incertezas apenas vêm para aqueles que se utilizavam dos modelos estruturais como base para suas pesquisas. Em seu texto “A história entre a narrativa e o conhecimento”, Chartier diz que o historiador, ao produzir a narrativa histórica, cria uma intriga que pode fazer com que o texto seja mais ou menos interessante para o leitor. A intriga, nesse caso, se difere do sentido de Hayden White ou Paul Veyne. Ele acentua a questão de que a construção da história necessita do uso das fontes, pois mesmo que elas também sejam construções, representações, é nelas que reside o poder de alcançar uma verossimilhança. Então para ele não há produção de verdades no discurso histórico, mas há produção de validades, alcançadas através do estudo das fontes (CHARTIER, 2002).

Chartier defende também que a história é narrativa e nunca deixou de sê-la, apesar das inúmeras críticas feitas pelos representantes da escola dos *Annales* no começo do século XX a esse modo de escrita. É narrativa porque procura dar conta dos “personagens” históricos em suas relações com o mundo social, na qual a apreensão parte necessariamente de construção discursiva narrativa. Ou seja, a historiografia não é a descrição de eventos onde está embutida uma ideia anterior estrutural de mundo, mas o *enredo* criado a partir das relações entre diferentes elementos. Então o historiador, mesmo que se utilize de elementos literários, não faz literatura. Pois depende das fontes e, portanto, do passado que elas representam. Chartier concorda então com Certeau ao pensar que, a história não é ciência no sentido *galileano*, racional do termo, tampouco é uma atividade literária, pois precisa do manejo de técnicas, regras específicas que a faz ter um caráter de validade. Assim, a construção histórica existe na tensão entre a narrativa e o conhecimento (CHARTIER, 2002).

Também nessa ideia um pouco mais equilibrada entre os dois pólos, podemos lançar mão da teoria de Michel de Certeau, que em sua obra “A escrita da História”, publicada pela primeira vez em 1974, nos traz reflexões importantes e fundamentais para pensarmos aquilo que caracteriza a profissão do historiador. No capítulo “A operação historiográfica”, Certeau reflete sobre o estatuto da história, o que caracteriza o fazer historiográfico e qual a especificidade de sua escrita. Ele aponta três elementos que se combinam na operação da construção do conhecimento histórico: um lugar social, uma prática e uma escrita. O lugar

social do historiador diz respeito ao grupo social a que pertence, como condições econômicas, de gênero, as origens nacionais, etc. e, também, a instituição a que pertence. A prática diz respeito aos métodos e regras de pesquisa específicos utilizados pelo historiador. Mas especificamente neste artigo nos interessa determos no último item, a escrita, e pensar a contribuição de sua ideia de narrativa para a sustentação de sua teoria.

A escrita, para Certeau, apesar de ter elementos objetivos, nunca é técnica. O historiador está condicionado ao uso das fontes para que seu texto tenha validade científica, mas, ao mesmo tempo, o seu texto apresenta elementos criativos que são necessários à produção de uma narrativa e que aproximam a história da literatura. A história, nesse sentido, não se encontra nem no pólo de uma cientificidade dura, mas também não está totalmente no pólo da arte inventiva. Ela se encontra no meio dos dois (CERTEAU, 1982).

Podemos ver o elemento criativo da história quando pensamos na questão da cronologia da escrita. Pois a história, enquanto experiência vivida, acontece no campo de uma certa sucessão de fatos, na qual está embutida uma cronologia. Esta noção de cronologia também se encontra na escrita, quando interpretamos o passado e o narramos, porém, na escrita a cronologia é flexível. Ela possui um tempo próprio, aquilo que Certeau chama de “tempo discursivo”, visto que ele não se equivale ao tempo vivido. Ao contar uma história, ele pode ir e voltar, ser estendido ou ser diminuído, etc. Por isso, o tempo da escrita é criativo, pois ele não pretende descrever o passado tal qual ele foi, no tempo do ocorrido, mas produz uma narrativa sobre o que aconteceu, selecionando o que contar e a forma de dizê-lo (CERTEAU, 1982).

O discurso toma como início aquilo que, na verdade, é o ponto de chegada. O sentido que se atribui a uma dada experiência parte do presente do historiador, no qual o preenchimento das lacunas da pesquisa produz, no presente, o significado do passado. Assim, a escrita inverte o sentido, a orientação no tempo. O historiador orienta-se no tempo sempre a partir de um ponto zero (que é mítico, não existe concretamente), e também de um final, que é o presente. Pois toda cronologia precisa de um marco temporal no ponto zero, visto que ela é o desdobramento desse ponto. Dessa forma, história tem como conteúdo uma “verdade”, pois é isso o que ela objetiva alcançar e o que se espera dela, mas a sua construção discursiva se dá através da *sucessividade temporal*, indicando um tempo que é próprio do discurso (CERTEAU, 1982).

Certeau defende que a história é um discurso misto, pois ela engloba tanto características de uma narração quanto de um discurso lógico, e que se constrói a partir de

dois movimentos contrários. No primeiro, o conteúdo da verdade fragmentada é cronologizado através da narração. No segundo, inversamente, o sentido do estudo semântico das fontes cria automaticamente um agrupamento de enunciados e uma sequência histórica de acontecimentos descritos nelas. Mas essa passagem de um gênero para outro é apenas metafórica, pois na prática elas já estão imbricadas (CERTEAU, 1982).

Certeau também não exclui o caráter narrativo da historiografia, mas mostra que ela é uma narrativa diferente da literatura. Essa escrita diacrônica que tem uma lógica cronológica da história e apresenta acontecimentos como se acontecessem sucessivamente (ex: isso acontece e depois aquilo acontece, pois há uma coerência entre os acontecimentos) precisa se sustentar em critérios de validade que dão credibilidade à história. Por isso o discurso histórico se utiliza de citações e referências, por que sem isso não consegue atingir o efeito do real esperado da história. Não o real em si e nem a criação narrativa sem a preocupação de ter uma validade científica, mas, sim, na mistura dos dois é que se constrói o enredo histórico (CERTEAU, 1982).

Ao apresentar os elementos ficcionais presentes na construção do conhecimento histórico, Certeau não abre mão da objetividade e da técnica presentes no discurso, que precisa conter uma lógica e coerência baseada na pesquisa das fontes. A historiografia é um discurso, uma narrativa construída com citações, pois estas comprovam aquilo que é dito e torna a escrita mais verossímil. E a escrita da história é a prática que entrega o produto final da história. Nela estão embutidas as articulações ao lugar social ocupado pelo historiador e também o caminho percorrido por sua prática. É a síntese do próprio fazer historiográfico (CERTEAU, 1982).

Voltando à Rüsen, a historiografia também não é uma construção totalmente livre pois se pauta em uma tradição. Para ele o presente não deixa de ser também resultado do passado, dos feitos anteriores, e a forma mais próxima em que as ações passadas se situam no presente é através da tradição, que é uma pré-história dos feitos. Denomina de "pré-história" no sentido de que é anterior à história, anterior às ações históricas, pois a ação humana sempre se baseia em pressupostos, em que o passado já está presente no agir presente, antes da ação da consciência histórica (RÜSEN, 2001).

Aqui, Rüsen não utiliza tradição no sentido de tratar um passado como história intencionalmente, mas um "componente intencional prévio do agir." (RÜSEN, 2001, p. 176). Intencional, pois as intenções orientadoras de agir também estão imbuídas do passado e, na tradição, o passado está no quadro de referência de orientação da vida prática atual. Ela vem

do passado para o presente, influenciando as perspectivas de ação, mas sem que se tenha uma consciência de que é passado, pois é anterior a uma construção de sentido intencional, feito pela consciência histórica. Assim:

Seu caráter pré-histórico consiste em que, nela, o passado não é consciente como passado, mas vale como presente puro e simples, na atemporalidade do óbvio. [...] Tradição é a unidade imediata entre experiência no tempo e intenção no tempo, tradição é o tempo da natureza transcendido em tempo humano, ela é a recuperação do tempo ainda antes de quaisquer resgates do tempo realizados pela consciência histórica. [...] Na tradição, o agir passado subsiste por si, encerra em si a marca de sua importância e os elementos do processo temporal com os quais co-determina, mediante orientação temporal do agir atual, o curso do tempo presente. (RÜSEN, 2001, p. 77).

Na tradição estaria já presente uma dimensão de sintetização de passado, presente e futuro. Como a tradição por si não basta para um processo de orientação, precisamos da consciência histórica para dar sentido ao processo temporal. A história age na tradição, por isso Rüsen diz que dos feitos, se faz a história. Pois a história é crítica da tradição, no sentido que ela desagrega, através de um processo racional, a unidade temporal de experiência e expectativa da consciência histórica. Essa crítica não se elabora como uma negação da unidade, mas uma reflexão sobre ela que permite que as dimensões temporais de passado, presente e futuro sejam distinguidas e relacionadas entre si (RÜSEN, 2001).

A crítica amplia e diferencia a consciência dessa presença do passado. A consciência histórica, assim, pode lembrar – e esquecer – as referências do passado para ajudar no processo de construção de identidade. Rüsen distingue na experiência histórica três modos de o passado estar no presente: 1º) como tradição, como descrita até agora, sem a consciência do passado como tal; 2º) como resultado das ações passadas, que constituem as condições dadas ao presente; 3º) na forma de vestígios, que não têm mais função de orientação temporal (como uma estátua perdida no deserto, por exemplo) (RÜSEN, 2001).

Assim, a historiografia não é uma prática descolada, desvinculada da experiência passada:

Sendo assim, o ofício dos historiadores profissionais não pode mais ser entendido como instituição autônoma de sentido, e tampouco a história seria apenas o que os historiadores produzem, pois o constructo significativo ‘história’ não poderia mais ser pensado como algo criado por um ato autônomo, poético ou demiúrgico que seja, mas apenas como algo que sempre já se encontrava instituído na pré-história da vida humana prática. (RÜSEN, 2001, p. 75).

Se entendemos que a ficção é algo completamente apartado da disciplina histórica científica, podemos cair na armadilha de enxergar a literatura apenas como invenção, como abstração subjetiva do autor que pouco teria a contribuir para a produção de conhecimento do historiador, este sim mais próximo da “realidade”. Por outro lado, se dispensamos a ideia de que há qualquer objetividade na escrita da história, e colocamos a história e a literatura como par idêntico de produção de conteúdo, perdemos o contato com um sentido técnico e metódico que a história enquanto ciência necessita ter, e com o fato de que o discurso do historiador nunca está completamente descolado de experiências passadas, estas expressas e denotadas a partir de fontes históricas.

Tanto o historiador quanto o literato partem da vida prática para escrever, suas produções são apropriadas pelos leitores, estarão “dentro” de um percurso da história, e, portanto, produzirão realidade. Ambos são discursos inerentes à sua própria existência temporal. Mas a historiografia aqui também se difere da literatura porque, para o público, a história cumpre uma função de orientação existencial que é diferente da função de orientação que cumpre um discurso literário, pois essa denotação de função envolve o significado que o leitor dá aos discursos.

O literato é mais livre que o historiador, no sentido de que não tem compromisso com fonte históricas e com a verossimilhança da realidade, sua escrita pode ser inventiva e totalmente subjetiva. Mas seu texto não deixa de estar circunscrito em uma realidade social, não deixa de partir da vida prática tal como ela se apresenta ao autor. O autor da literatura também não deixa de escrever embasado em sua realidade social. Assim, o historiador pode utilizar a literatura como fonte histórica na medida em que:

A literatura tomada como um documento é fonte e testemunha eximia para o estudo dos imaginários sociais à medida que é um produto social e enquanto tal, revela as condições da sociedade em que ocorre, expressando tanto a realidade profundamente radica em que inspira, como também transmitindo e instituindo novos valores e noções; modificando nos indivíduos suas condutas e concepções de mundo, ou ainda reforçando os valores sociais existentes, isto é, ao mesmo tempo que representa a sociedade, contribui também para molda-la e construí-la para o seu devir. (BORGES, 1993, p. 33).

A literatura pode ser fonte de pesquisa para uma produção historiográfica, desde que levados em consideração o lugar social de seu autor, as condições de sua produção e seu contexto social específico. Assim, dirá muito a respeito da sociedade naquela época, as questões latentes no período, as crenças e costumes de uma época, seu imaginário, etc. Nesse

sentido, a literatura pode ser uma fonte riquíssima sobre uma determinada sociedade e, dessa forma, a relação entre história e literatura, mais do que possível, é bastante significativa.

Referências Bibliográficas

BORGES, Valdeci R. História e Literatura: relação de troca e cumplicidade. **História & Perspectivas**, Uberlândia, Jul-Dez 1993, p. 31-42.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, 191p.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 93-119.

CHARTIER, Roger. A História entre a narrativa e o conhecimento. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, p. 81-116.

OLIVEIRA, Wigeslei Rosa de. Contra a história historicista: a combatividade discursiva de Lucien Febvre contra Victor Langlois e Charles Seignobos. **Revista Expedições**, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 244-273, ago. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/vales/Downloads/3451-Texto%20do%20artigo-14602-2-10-20160211.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PINA, Max Lanio Martins. O ensino de história na perspectiva de Jörn Rüsen. **Revista História UGD – Anápolis**, v. 4, n. 1, p. 284-292, jan./jun.2015. Disponível em <file:///D:/Documents/Meus%20Documentos/Downloads/3207-12024-1-PB.pdf>. Acesso em 30 abr.18.

RÜSEN, J. **Razão histórica**. Teoria da história. Fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. UnB, 2001.

VEYNE, Paul. A noção de intriga/Em que é a história obra de arte. In: **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 44-5 e p. 256-57.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 97-116.